

Cara de puta¹

Whore face

María Galindo

Ativista anarcofeminista e co-fundadora do coletivo feminista Mujeres Creando, é psicóloga, locutora de rádio e já foi apresentadora de TV. É conhecida também por suas ações artístico-perfomático-políticas, que chegaram a levá-la diversas vezes à prisão. Galindo é co-diretora da Radio Deseo, emissora de rádio com transmissão nas cidades de La Paz e El Alto e autora dos livros: *Sin libertad sexual no hay libertad política* (2017); *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar* (2013) e co-autora de *Ninguna mujer nace para puta*, (2007), entre outros.

Tradução

Maria Barbara Florez Valdez

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina

Submetido em 04 de Abril de 2021

Aceito em 15 de Junho de 2021

Tomar a palavra

Sempre repudiei a postura de falar em nome de um “terceiro”, porque isso é um ato de silenciamento; seja este terceiro as trabalhadoras sexuais, @s indígenas, @s proletári@s, @s trans, as bixas. A lista é infinita; é uma prática da esquerda intelectual, do feminismo acadêmico, mas também do “popular”, falar em nome das pessoas de baixo. O resultado se transforma em um ato de usurpação e impostura e, inclusive, muitas vezes de simplificação.

Não me coloco diante da questão gigante do trabalho sexual, prostituição,

¹ Publicado originalmente como GALINDO, María, “Cara de puta”. In: *Revista de la Universidad de México* (Dossiê “Sexo”), julho de 2020, p. 68-73. Traduzido com a gentil permissão da autora.

situação de prostituição, etcétera, como porta-voz ou representante de ninguém. Não falo em nome das minhas companheiras e acho que se existe algo importante e político, tanto neste quanto em todos os temas possíveis, é a palavra em primeira pessoa. Lésbicas, índias, trabalhadoras do lar, trabalhadoras sexuais, trans e outras de nós temos construído nossas próprias vozes através de um longo caminho de enunciação que é bastante novelesco e fecundo. Cada um desses processos de enunciação tem provocado um enriquecimento dos debates e das linguagens de luta, assim como a invenção de novas palavras e novos espaços.

Ao mesmo tempo, e embora pareça contraditório, tampouco sou da ideia de que a discussão, por exemplo, sobre trabalho sexual, seja um tema sobre o qual somente as trabalhadoras sexuais possam tomar a palavra, isso serve para a questão dos povos indígenas ou qualquer outra. Nenhuma discussão sem os sujeitos protagonistas, mas também sem nos fecharmos em guetos identitários que acabam homogeneizando e repetindo várias e várias vezes o mesmo conteúdo autoenunciativo por carência de diálogo com outros universos de sentido.

Proponho então participar de toda discussão a partir da primeira pessoa, o que eticamente nos obriga a explicitar esse lugar do qual falamos, reconhecendo as limitações e o alcance da voz singular.

Tenho cara de puta. A palavra *puta* apareceu em minha vida, como na vida de todas as mulheres, na primeira infância, e é existencial. Meu comportamento sexual, como o de bilhões de mulheres, já foi qualificado como o de uma “puta”. Nunca exerci o trabalho sexual, mas muitas vezes não o teria descartado como opção de subsistência.

Falo sobre trabalho sexual e sobre a condição da puta como propiciadora de um espaço que considero imprescindível para os feminismos, um espaço de alianças insólitas¹ no qual a trabalhadora sexual é, como eu disse muitas vezes, “anfitriã da mudança social, ou seja, figura central”. Sem trabalhadoras sexuais não há feminismo. Não estou falando de uma forma de inclusão “caritativa”, para “salvá-la”, mas justamente o contrário, ela, a puta, tem o poder de sacudir as sexualidades de todas as mulheres e, por isso, é um sujeito imprescindível.



No começo do século, as mulheres em situação de prostituição deviam aparecer em um registro policial com um lenço preto em sinal de arrependimento. La Paz, Archivo Cordero. Cortesia da autora.

Abolicionismo vs. Regulacionismo

Parece que em muitos cenários feministas a discussão entre a luta para abolir a prostituição ou regulá-la é eterna e irreconciliável e, pior ainda, parece que somente existem essas duas possibilidades diante do trabalho sexual.

As acusações mútuas não esclarecem nem contribuem para o avanço do debate, mas representam enfrentamentos estagnados há décadas. Estes se intensificam cada vez que aparecem financiadores por trás de algumas das posturas, que não aceitam, por outro lado, nenhum argumento novo: ou você se inscreve em alguma das duas, ou cala a boca.

Desnecessário dizer que esta é outra das discussões instaladas nos feminismos desta parte do mundo a partir de visões eurocêntricas e estadunidenses; o debate chegou de avião com argumentos já engatilhados e autoras que havia que canonizar de antemão, de um lado e do outro.

Ambas as posturas configuram um quadro binário e dicotômico que se sataniza mutuamente e dentro do qual eu decidi não me colocar. Não me inscrevo em nenhuma dessas posturas, nunca o fiz e, para nos permitirmos pensar a realidade e avançar, é absolutamente necessário posicionar-se por fora desse binarismo simplificador, que

acabou colocando a questão do trabalho sexual sobre um eixo moral e não político. Ambas as posturas exploram a vitimização da trabalhadora sexual em dois sentidos distintos, mas igualmente tóxicos. A propósito: brinco com a incorreção de usar puta, trabalho sexual e prostituição de forma indistinta.



Ação na Praça do Governo em La Paz, 2004, para entregar um ofício de solicitação de direitos para as trabalhadoras sexuais. Cortesia da autora.

Nenhuma mulher nasce para ser puta²

Este é o título de um dos ensaios sobre trabalho sexual mais lidos em castelhano. Sou sua coautora junto com Sonia Sánchez e quero dizer que minha coautoria foi roubada e mal utilizada por Sonia Sánchez, quem apresenta o texto como um ensaio abolicionista.

O título pertence à organização boliviana de mulheres em prostituição com as

quais já havíamos trabalhado para nossa tese e, nesse contexto, conhecemos Sonia, através da cooperativa *Lavaca* e do *Colectivo Situaciones*. Montamos a mostra de arte “*Ninguna Mujer nace para puta*” na Bolívia e passamos um mês em uma das chamadas “zonas vermelhas” de La Paz. Sonia participou como convidada para se nutrir do trabalho boliviano, de forma alguma como criadora.

Graças a *Lavaca*, a mostra foi levada à Buenos Aires. Por conta disso, decidimos escrever um ensaio a partir de ambas as realidades, para o qual Sonia contribuiu muito pouco, pois o trabalho estava praticamente pronto e elaborado pela equipe boliviana. Com a ilusão de ir mais além do nosso contexto nacional, aceitamos colocá-lo em diálogo com Sonia, quem acabou roubando o trabalho e entregando-o nas mãos de grupos abolicionistas que a usam e usam um trabalho que em nenhum momento se colocou dentro da história de exploração sexual que hoje Sonia falseia para obter espaço midiático.

Estado proxeneta e perseguição política

A figura da exploração sexual [*trata*] e do tráfico foi criada recentemente dentro do campo policial e penal para endurecer o controle sobre as trabalhadoras sexuais.

Foi impulsionado por fortes fundos de cooperação internacional, e o efeito político é que não discutamos o trabalho sexual dentro de um campo político, mas que todas as formas de prostituição sejam investigadas e perseguidas como produto da exploração sexual e do tráfico. Apesar da prostituição não ser um crime na Bolívia, serviu para que a polícia desencadeasse com maior impunidade e cinismo a perseguição contra as trabalhadoras sexuais. Semanalmente, nos encontramos em delegacias para liberar centenas de companheiras detidas, apalçadas, insultadas, maltratadas e, inclusive, extorquidas e estupradas pela polícia.

Os corpos das trabalhadoras sexuais servem, graças à criação do crime de “exploração sexual e tráfico”, para que a polícia descarregue toda a sua violência e abuso de poder. Não se persegue nem aos proxenetas, nem aos traficantes, que facilmente chegam a acordos diretos com as cúpulas policiais. O que se faz é descarregar

a violência policial contra as trabalhadoras sexuais que estão em situação de prostituição na rua ou em locais menores. Realiza-se um simulacro diante da sociedade, que dá a impressão de uma luta contra a “insegurança cidadã”, cuja finalidade é obter lucro midiático diante de sociedades moralistas e hipócritas. Toda essa ação transforma o trabalho sexual em uma atividade altamente perigosa para as companheiras, e as condições de clandestinidade e criminalização às quais são empurradas favorecem o prostituinte e o proxeneta. Esse conjunto de condições jurídicas, policiais e “sanitárias”³ que rodeiam o trabalho sexual é o que eu chamo de *Estado proxeneta*, uma das características do Estado Patriarcal. Nesse contexto, por exemplo, não se trata de lutar por direitos, mas contra o sequestro das liberdades e contra as formas de perseguição e vigilância.

Como eu disse várias vezes, se o problema contra o qual se quer lutar é a exploração sexual e o tráfico de mulheres, o que é preciso fazer é questionar a ordem colonial das fronteiras e lutar contra as leis de estrangeiros no espaço Schengen, os Estados Unidos e o Canadá.

De todos os universos de mulheres, o que sofre perseguição política com maior rigor é inquestionavelmente o universo das trabalhadoras sexuais, ao ponto de que esta perseguição é rotineira.

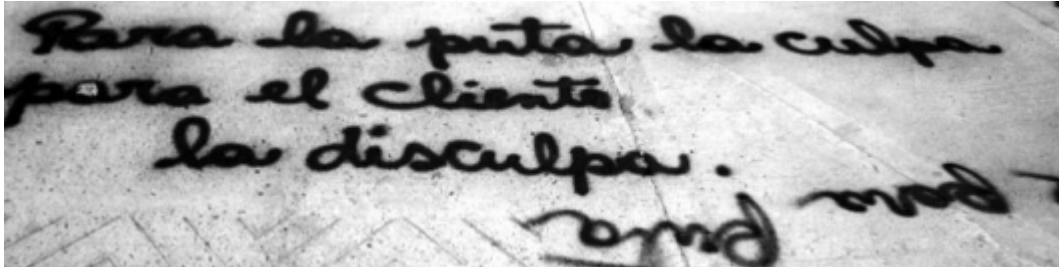
A negação dos saberes da “puta”

Existe uma continuidade fundante entre puta e não puta, e ao mesmo tempo um universo de conhecimentos próprios do trabalho sexual, que são continuamente negados.

Do mesmo modo que em todo trabalho ou atividade de subsistência, desenvolve-se um conjunto de saberes. Assim como a cozinheira, a padeira, a peixeira, a vendedora ambulante, todas adquirem saberes próprios de seu ofício, a trabalhadora sexual também o faz. O ofício não é simplesmente cobrar por sexo.

A periculosidade de seus saberes e a importância deles, o lugar que eles ocupam em sua relação com o universo masculino, é isso o que realmente não se quer discutir

quando se discute sobre trabalho sexual. Os saberes da trabalhadora sexual têm um caráter inflamável e explosivo.



Grafite na Praça do Congresso, Buenos Aires, durante o encontro “Corropolíticas” do Instituto Hemisférico. Cortesia da autora

Proponho um conjunto de três elementos que poderiam ser dez ou 25, que transformam a trabalhadora sexual na anfitriã da mudança social e em uma protagonista central do questionamento da norma patriarcal em torno ao corpo e à sexualidade.

1. *“Um pênis, qualquer pênis, é sempre uma miniatura”* (é um grafite cuja autora é uma trabalhadora sexual). Ela acumula, mais do que nenhuma outra mulher, mais do que a esposa e mais do que a amante, uma quantidade de conhecimentos sobre a afetividade, a sexualidade, o corpo, as mágoas e os complexos do macho. Recebe, ao mesmo tempo, o mandato de guardar esses saberes em segredo; a subversão é contar o segredo.

2. Se, como Rita Segato afirma, existe uma *“guerra contra as mulheres”* ou, se não quisermos usar a categoria de Segato, mas comprovamos um desdobramento de violências machistas contra as mulheres, as trabalhadoras sexuais funcionam como dique, como parede de impacto primário dessas violências, como lugar onde essas violências se apresentam como legítimas. Dessas experiências e da forma de confrontá-las, evadi-las e preveni-las, a trabalhadora sexual é a maior mestra. Ela as vê chegando, as escrutina nos olhos de seu interlocutor e as fareja. A subversão é revelar o que ela sabe.

3. O trabalho sexual é tão antigo quanto a Bíblia; essa antiguidade lhe dá no tempo a mesma densidade histórica que o trabalho das curandeiras ou das camponesas; a diferença é que esse saber acumulado foi desacreditado e despojado de toda dignidade. Mas enquanto qualquer prostituinte se atreve a lembrar a qualquer mulher a antiguidade do ofício, nós mulheres nos negamos a utilizá-la como dado fundamental do valor dos saberes "da puta". Nas culturas pré-coloniais, por exemplo, na inca, chamavam-se *pampayruna*⁴. A antiguidade do ofício implica a necessidade urgente de entender o trabalho sexual como um fio condutor da própria história das mulheres. A subversão é reconstruir nossas histórias coletivas a partir do lugar da puta em nossas culturas e em nossas sociedades. Por exemplo, os povos indígenas na zona andina se negam a reconhecer a existência pré-colonial da prostituição. Essa história é um eixo fundamental para a compreensão de todas as formas de intercâmbio de mulheres no interior dos povos indígenas.

Política concreta; prostituição⁵ autogestionária

Para além de toda discussão ideológica, uma questão que tem caracterizado nosso trabalho é verter toda postura em formas do que chamamos de *política concreta*. Realizar práticas políticas. Isso é o que chamamos também de *feminismo concreto*, que tem a ver com a crítica aos movimentos ideológicos que geralmente se limitam a relatar e discutir como as coisas deveriam ser, mas não fazem nada na realidade concreta a não ser prometer a mudança uma vez alcançada "a revolução".

Em relação com o universo do trabalho sexual, nós propusemos, junto a várias companheiras com as quais temos trabalhado⁶ e discutido há muitos anos, o desenvolvimento de locais de prostituição autogestionários, que são pequenos e que são integrados e gerenciados pelas próprias trabalhadoras sexuais. Estes locais são diurnos, denominados na gíria interna como "escritórios". As companheiras escolhem os horários nos quais decidem trabalhar ali e conciliam o trabalho sexual com outras atividades de estudo ou de trabalho, algo impossível em outros locais. Nossa maior dificuldade foi precisamente o enfrentamento com as máfias proxenetas, que se dedicaram a nos enviar

batidas policiais que, com o pretexto de interditar locais clandestinos, vem desmontar nossos espaços.

Conseguimos, depois de dez anos de lutas, uma lei municipal de regulação do trabalho sexual autogestionário, de modo que as companheiras possam obter uma licença de funcionamento para que a polícia deixe de usar a “clandestinidade” como pretexto. Esta lei municipal⁷ foi redigida coletivamente por nós, que brigamos por ela diante do governo municipal de La Paz. Os proxenetas e as ONGs regulacionistas se opuseram porque isso tira seu poder, as abolicionistas se opuseram também. Se esta lei tivesse aparecido em Amsterdã ou em Paris, teria sido capa do *New York Times*, mas como a fizemos na Bolívia, ficou invisibilizada. Sua originalidade está no fato de que nos atrevemos a pensar coletivamente por nós mesmas e por fora de toda correção política. *Somos más, queremos ser piores.*

Notas

1. “Índias, putas y lesbianas, juntas, revueltas y hermanadas. ¡Un libro sobre Mujeres Creando!”. In: Elizabeth Monasterios P. (org.). *No pudieron con nosotras: El desafío del feminismo autónomo de Mujeres Creando*. University of Pittsburgh/Plural Editores, La Paz, 2006, pp. 27-59. É uma proposta teórica que desenvolvi e que serve como base fundacional da organização Mujeres Creando.

2. “Ninguna mujer nace para puta” (2007). Disponível em: <http://mujerescreando.org/ninguna-mujer-nace-para-puta/>.

3. Na Bolívia, as companheiras são obrigadas a tirar uma chamada “carteira sanitária” onde aparece seu nome verdadeiro, seu sobrenome e um retrato. Com essa carteira, precisam fazer um exame vaginal semanal, o que as transforma em vaginas ambulantes. De fato, o Estado protege a “saúde” do prostituinte com esta medida; a cada exame elas obtêm um selo que lhes permite trabalhar. Se não tiverem a carteira, são acusadas pelo Estado de danos à saúde pública.

4. *Pampayruna* é um nome que faz alusão à morada e ao ofício, porque está composto por *pampa*, que é praça ou campo, e por *runa*, que quer dizer pessoa. Ver Bernardo Ellefsen, *Matrimonio y sexo en el Incario*, La Paz: Los Amigos del Libro, 1989.

5. Usamos de forma indistinta trabalho sexual e prostituição porque estamos na metade do caminho entre ambos os conceitos. A organização em La Paz que leva esse trabalho adiante se chama OMESRPO: Organização de Mulheres em Prostituição, elas decidiram

impulsionar um trabalho coletivo não público, não querem fazer uma militância pública, porque não querem pagar em nível pessoal o custo político que isso acarreta.

6. A OMESRPO, fundada em *Mujeres Creando*, luta simultaneamente contra donos de locais e contra o Estado.

7. “Luis Revilla promulgó la ley de trabajo sexual”. *Página Siete*, 29 dez. 2018. Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/sociedad/2018/12/29/luis-revilla-promulgo-la-ley-de-trabajo-sexual-204521.html>; e María Galindo, “Hipócritas y proxenetas son l@s que se oponen”. *Página Siete*, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/opinion/maria-galindo/2018/11/14/hipocritas-proxenetas-son-ls-que-se-oponen-200026.html#!>